

ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S.A.

C.N.P.J. 02.713.530/0001-02
ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, acompanhadas do Relatório de auditores independentes e Parecer dos atuários.

Comentários sobre nossas operações

No segmento de previdência privada, comercializamos planos denominados PGBL e VGBL cujas contribuições estão reconhecidas na rubrica de "rendas de contribuição e prêmios retidos" respectivamente. No exercício atual, os ativos administrados da carteira previdenciária passaram de um patamar de R\$ 649 milhões em dezembro de 2017 para R\$ 678 milhões em dezembro de 2018, representando um crescimento de 4,4%. Os prêmios de seguros de pessoas emitidos (desconsiderando os prêmios de riscos vigentes não emitidos e a operação do DPVAT) apresentaram um crescimento de 12% em relação ao ano anterior. O índice combinado das operações (Sinistros, Custos de Aquisição, Resultado com Resseguro e Outras Receitas e Despesas Operacionais) de 73,3% apresentou uma piora de 3,9 pontos percentuais comparado com o ano anterior. O resultado financeiro foi de 8,9% em relação ao prêmio ganho, ficando à menor em 4 pontos percentuais, quando comparado com o exercício anterior em função da redução da taxa de juros. As despesas administrativas em relação aos prêmios ganhos tiveram redução de 12,7 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Os efeitos da operação do DPVAT já se encontram nos índices mencionados acima. O retorno sobre o patrimônio líquido inicial teve um aumento de 1,7 pontos percentuais passando de 7,1% contra 5,4% do exercício anterior. Conforme previsto em Estatuto da Companhia, sobre o lucro, é constituído a Reserva legal, à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social e demais reservas estatutárias conforme previstas na lei. Aos Acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício que são propostos e que serão apreciados pelos acionistas em A.G.O..

Cenários e perspectivas

O ano de 2018 se iniciou com a expectativa de aceleração do crescimento econômico no Brasil, redução da taxa de desemprego e com a inflação baixa permitindo ao Banco Central sinalizar a continuidade do ciclo de afrouxamento monetário. O quadro de incertezas sobre as eleições presidenciais de outubro quanto a potenciais candidatos e programas de governo representou desde o início do ano alguma fonte de apreensão, mas a princípio contida, dado o ambiente de contas externas amplamente financiadas pelo fluxo de investimento direto, o esforço para obtenção de bons resultados fiscais no curto prazo, e um cenário internacional esperado de crescimento global ainda acima da média, com ampla liquidez e a expectativa de retirada gradual dos estímulos monetários por parte dos principais bancos centrais. O contexto internacional, entretanto, foi se mostrando ao longo do tempo mais negativo do que o previsto. Dados mais fracos do que o esperado de crescimento econômico ao redor do mundo já desde o início do ano se somaram à uma expectativa de maior elevação de juros nos Estados Unidos, sob a perspectiva de um forte estímulo fiscal doméstico, e também à adoção de uma postura fortemente protecionista do governo americano, provocando uma série de conflitos comerciais com diversos países, em especial com a China. E, enquanto a disputa comercial sino-americana avançava no decorrer do ano, com a efetiva implementação de tarifas e riscos de exacerbação do conflito, além da própria deterioração da expectativa de crescimento econômico nas duas regiões, passou-se a temer cada vez mais um desaquecimento global de proporções maiores adiante, conforme se comprometiam índices de confiança, intenções de investimento e de consumo, também em países ligados às suas cadeias produtivas e se

estendendo a seus parceiros comerciais. Essa gradual deterioração do cenário global, embora em última instância não tenha alterado a postura esperada dos principais Bancos Centrais do mundo - o Federal Reserve americano, por exemplo, subiu sua taxa de juros em 100 pontos base no decorrer do ano e o Banco Central Europeu foi reduzindo e finalmente encerrou seu programa de expansão do balanço em dezembro - alterou as precificações de mercado e provocou ao longo do ano uma série de episódios de forte aversão ao risco no cenário internacional, afetando os países emergentes em geral e também a economia brasileira. No Brasil, o aumento dos riscos no ambiente internacional somado à crescente apreensão com as indefinições do quadro eleitoral exigiu uma postura mais ativa do Banco Central brasileiro. Com o aumento da pressão sobre a taxa de câmbio, a autoridade monetária, visando reduzir o excesso de volatilidade, passou a intervir no mercado cambial ampliando a oferta de swaps além do necessário para cobrir as rolagens previstas. Já no 2º trimestre, também optou por não cortar adicionalmente as taxas de juros como havia antecipado, e manter a taxa Selic em 6,5%, encerrando assim o ciclo de afrouxamento monetário em curso desde outubro de 2016, quando a taxa Selic estava em 14,25%. Em meio a esse contexto, o Brasil também enfrentou, no fim de maio, uma greve nacional de caminhoneiros, que paralisou parte significativa da economia brasileira por cerca de 10 dias. Afetando a produção industrial, o setor de comércio, serviços e transportes no 2º trimestre, a greve abalou os níveis de confiança, provocando a elevação dos índices de inflação, e acabou comprometendo também as expectativas de crescimento do PIB no ano, especialmente quando aliada à cautela sobre a evolução do quadro político-eleitoral. Com a crescente indefinição sobre o resultado do pleito nacional e o temor de que pudesse ser eleito um candidato não alinhado com a promoção do necessário ajuste fiscal - essencial para a sustentabilidade da dívida pública e para a criação de condições para a retomada de crescimento, ou com pouca capacidade de articulação no Congresso para levar adiante reformas econômicas, a deterioração das expectativas nos mercados levou à novas rodadas de desvalorização cambial. Em meio ao aumento de incertezas, no decorrer de agosto e setembro o real chegou a ultrapassar o patamar de R\$/US\$ 4,20. A definição do quadro eleitoral, a partir de outubro, entretanto, resgatou o otimismo com a trajetória esperada para a economia brasileira. Jair Bolsonaro, do PSL, foi eleito Presidente da República e estabeleceu como prioritário em seu governo do ponto de vista econômico o equacionamento da questão fiscal. Além de reconhecer a urgência em se realizar uma Reforma da Previdência robusta, Bolsonaro ainda demonstrou firme disposição de atacar os problemas que restringem o crescimento econômico. A renovação do Congresso eleito em outubro, por sua vez, também foi bem recebida, com o novo perfil do legislativo eleito, considerado mais alinhado ideologicamente com o do executivo, também considerado mais favorável à articulação política para a tramitação das reformas. Por fim, ao longo do 4º trimestre, o anúncio da equipe econômica do novo governo, assim como sua pauta de medidas em paralelo à Reforma da Previdência, também foi bem recebida. Propostas para simplificação tributária, abertura comercial, desburocratização e desregulamentação da economia, uma agenda de privatizações, concessões e projetos de impulso da área de infraestrutura e também intenção de efetivar a independência do Banco Central, entre outras medidas, foram apresentadas e avaliadas como muito positivas no sentido de expandir o crescimento potencial da economia, assim como propiciar a manutenção de juros estruturalmente mais baixos. Esse conjunto de fatores contribuiu favoravelmente para os preços de ativos nos últimos meses do ano, permitindo um quadro de diferenciação brasileira em relação à economia global, que, por sua vez, permaneceu em trajetória de desaceleração, atravessando um período de

forte aperto de condições financeiras e com expectativas de crescimento novamente sendo revistas para baixo em diversos países. Assim, ainda que o ano de 2018 tenha se encerrado com um crescimento apenas moderado do PIB (próximo a 1,3%, antes 1,1% em 2017), muito pouco recuo na taxa de desemprego (média de 12,2%, contra 12,7% em 2017) e um nível ainda alto de ociosidade na economia brasileira, que levaram a mais um ano de inflação abaixo da meta (3,75%, contra meta de 4,5%), apesar da forte desvalorização cambial (17,1%), o saldo do ano pode ser considerado positivo. A meta fiscal e o teto de gastos foram cumpridos, mesmo com o crescimento abaixo do esperado. O déficit em conta corrente (US\$ 14,5 bilhões) continuou a ser amplamente financiado pelos fluxos de investimento estrangeiro direto (US\$ 88 bilhões), que inclusive se aceleraram com a recuperação do otimismo no decorrer do 2º semestre. O ano também se encerrou com forte recuperação nos índices de confiança domésticos e com a expectativa de que, com alguma habilidade política do novo governo que toma posse em janeiro, vários destes indicadores possam apresentar melhorias significativas em 2019, permitindo ao país melhor se insular de um quadro internacional com mais incerteza e riscos ainda elevados. No âmbito das Seguradoras, o setor de seguros arrecadou para o ano de 2018 em prêmios diretos de seguros, contribuições de previdência e faturamento de capitalização R\$245,6 bilhões registrando assim uma queda de 0,7% em relação ao ano anterior. Em termos nominais o mercado ficou estável, o resultado foi influenciado pela queda de 8,1% nos planos de acumulação tendo sido compensado quase em sua totalidade pelo crescimento de 9,4% no segmento de pessoas, 8,1% em danos e responsabilidade e 1,2% em capitalização. (fonte CNseg). Segundo o presidente da CNseg Marcio Coriolano "à instabilidade política de 2018 influenciou o resultado dos planos de previdência complementar mas as perspectivas para 2019 são boas devido às discussões sobre a reforma do INSS". Ainda no segmento da previdência privada aberta, espera-se que em 2019, os fundos de previdência continuem apresentando captação positiva nos patamares de 2018. Em ocorrendo a implementação na reforma do sistema público de previdência do Brasil a captação de recursos no mercado de previdência complementar deve acelerar. Com a incerteza que temos em relação ao sistema previdenciário, as pessoas passaram a ficar mais preocupadas com o futuro da previdência pública, com isso irão buscar uma maior segurança para o futuro nos planos privados. As contratações de seguros para riscos pessoais dentre eles, seguro de vida, seguro de acidentes pessoais, prestamista e outras modalidades, somaram R\$ 41,4 bilhões em 2018 apresentando um crescimento de 9,4% superior aos R\$ 37,9 bilhões registrados em 2017, segundo dados da FenaPrevi (Federação Nacional de Previdência Privada e Vida). No segmento de seguro de pessoas a Administração continuará a focar sua atuação em nichos específicos e aproveitar a sinergia com as empresas do grupo, adequando os seus produtos a demanda do mercado atual bem, buscando novos canais de venda, privilegiando a eficiência operacional, redução das despesas administrativas e consequentemente melhorar a rentabilidade. Dentro desse contexto, a nossa expectativa de crescimento para o ano de 2019 é de 15% superando em algumas carteiras a expectativa do mercado.

Agradecimentos

Agradecemos aos Senhores Acionistas a confiança em nós depositada; aos Órgãos Reguladores e Fiscalizadores do mercado pela orientação; aos nossos Funcionários, pelo trabalho e a competência no desempenho de suas funções e aos nossos Corretores e Segurados, o prestígio concedido.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM MILHARES DE REAIS)

Ativo	Nota	2018		2017		Passivo	Nota	2018		2017	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017		
Circulante		859.643	810.989			Circulante		789.171	747.794		
Disponível		1.324	1.783			Contas a pagar		5.107	4.452		
Caixa e bancos		1.324	1.783			Obrigações a pagar	7a	1.893	1.233		
Aplicações	3	841.784	795.879			Impostos e encargos sociais a recolher		647	767		
Créditos das operações com seguros e resseguros		7.757	7.511			Encargos trabalhistas		673	708		
Prêmios a receber	4	7.554	6.860			Impostos e contribuições	7b	746	228		
Operações com seguradoras		59	15			Outras contas a pagar	7c	1.148	1.516		
Operações com resseguradoras	5a	144	636			Débitos de operações com seguros e resseguros		4.780	2.594		
Outros créditos operacionais		33	391			Prêmios a restituir		222	19		
Ativos de resseguro e retrocessão	5b	270	113			Operações com seguradoras		3	252		
Títulos e créditos a receber		1.249	620			Operações com resseguradoras	5c	367	636		
Títulos e créditos a receber		774	340			Corretores de seguros e resseguros		2.333	1.137		
Créditos tributários e previdenciários	6a	318	247			Outros débitos operacionais		1.855	550		
Outros créditos		157	33			Depósitos de terceiros	8	1.673	2.405		
Despesas antecipadas		773	1.010			Provisões técnicas - seguros		433.629	388.523		
Custos de aquisição diferidos	9d	6.453	3.682			Danos	9a	73.025	65.803		
Seguros		6.453	3.682			Pessoas	9a	24.833	21.725		
Ativo não circulante		48.460	42.869			Vida com cobertura por sobrevivência	9c	335.771	300.995		
Realizável a longo prazo		45.452	39.033			Provisões técnicas - previdência complementar	9b	343.982	349.820		
Aplicações	3	2.445	2.287			PGBL/PRGP		343.982	349.820		
Ativos de resseguro e retrocessão	5b	194	36			Passivo não circulante		50.123	41.554		
Títulos e créditos a receber		29.933	28.854			Provisões técnicas - seguros		26.566	18.772		
Créditos tributários e previdenciários	6a	5.922	5.845			Pessoas	9a	26.566	18.772		
Depósitos judiciais e fiscais	11	24.011	23.009			Outros débitos	11	23.375	22.449		
Custos de aquisição diferidos	9d	12.880	7.856			Provisões judiciais		23.375	22.449		
Seguros e resseguros		12.880	7.856			Débitos diversos		182	333		
Imobilizado		599	678			Patrimônio líquido	12	68.809	64.510		
Bens móveis		582	580			Capital social		38.632	37.846		
Outras Imobilizações		17	98			Reservas de lucros		30.177	26.664		
Intangível		2.409	3.158			Total do passivo		908.103	853.858		
Outros intangíveis		2.409	3.158								
Total do ativo		908.103	853.858								

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	Reservas de lucros					Total
		Capital social	Aumento de reserva capital aprovado	reserva legal	reserva estatutária	lucros acumulados	
Em 01 de janeiro de 2017		36.653	-	-	-	-	60.792
Aumento de capital em aprovação AGO/AGE de 31/03/2017		-	1.193	-	-	-	1.193
Aumento de capital aprovado Portaria SUSEP nº 501 de 10/08/2017		1.193	(1.193)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	3.311	3.311
Proposta da destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal		-	-	166	-	(166)	-
Reserva estatutária		-	-	-	2.359	(2.359)	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	(786)	(786)
Em 31 de dezembro de 2017		37.846	-	2.372	24.292	-	64.510
Aumento de capital em aprovação AGO/AGE de 29/03/2018		-	786	-	-	-	786
Aumento de capital aprovado Portaria SUSEP nº 942 de 11/06/2018		786	(786)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	4.607	4.607
Proposta da destinação do lucro líquido do exercício:	12						
Reserva legal		-	-	230	-	(230)	-
Reserva estatutária		-	-	-	3.283	(3.283)	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	(1.094)	(1.094)
Em 31 de dezembro de 2018		38.632	-	2.602	27.575	-	68.809

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO O LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES)

	Nota	2018	2017
Prêmios emitidos	13b	71.287	70.721
Contribuições para cobertura de riscos	13a	5	4
Variações das provisões técnicas de prêmios		(9.577)	(9.536)
Prêmios ganhos	13a	61.715	61.189
Receita com emissão de apólices		2.190	2.047
Sinistros ocorridos	13c	(26.842)	(29.320)
Custos de aquisição	13d	(17.233)	(12.445)
Outras receitas e despesas operacionais	13e	(2.720)	(2.567)
Resultado com operações de resseguro	5f	(603)	(170)
Receita com resseguro		378	377
Despesa com resseguro		(981)	(547)
Rendas de contribuições e prêmios		45.172	46.930
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(45.160)	(46.905)
Receita de contribuições e prêmios de VGBL		12	25
Rendas com taxas de gestão e outras taxas		4.406	3.984
Variação de outras provisões técnicas		215	162
Outras receitas e despesas operacionais		(49)	(7)
Despesas administrativas	13f	(13.873)	(21.518)
Despesas com tributos	13g	(3.661)	(3.424)
Resultado financeiro	13h	5.487	7.908
Resultado operacional		9.044	5.864
Perdas com ativos não correntes		(56)	(8)
Resultado antes de impostos e participações		8.988	5.856
Imposto de renda	14	(1.929)	(1.190)
Contribuição social	14	(1.698)	(981)
Participações sobre o resultado		(754)	(374)
Lucro líquido do exercício		4.607	3.311
Quantidade de ações	12a	16.018.318	15.825.553
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		287,62	209,22

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM MILHARES DE REAIS)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	4.607	3.311
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	4.607	3.311

continua →



continuação

ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S.A.

C.N.P.J. 02.713.530/0001-02
ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM MILHARES DE REAIS)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	4.607	3.311
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	843	487
Reversão por redução do valor recuperável dos ativos	(80)	(1.419)
Perda na alienação de imobilizado e intangível	56	8
Variação do custo de aquisição diferido	(7.795)	(5.759)
Variação dos ativos de resseguro	(315)	1.164
Variação das provisões técnicas - seguros e resseguros	41.847	42.207
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(46.064)	(87.054)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(166)	(1.504)
Créditos fiscais e previdenciários	(149)	1.013
Depósitos judiciais e fiscais	(1.002)	(1.470)
Despesas antecipadas	236	318
Outros ativos	(257)	279
Impostos e contribuições	3.688	1.132
Outras contas a pagar	(203)	390
Débitos de operações com seguros e resseguros	2.188	345
Depósitos de terceiros	(732)	1.182
Provisões técnicas - seguros e resseguros	11.053	13.101
Provisões técnicas - previdência complementar	(5.838)	35.656
Provisões judiciais	927	1.376
Caixa gerado pelas operações	2.844	4.763
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	2	39
Impostos sobre o lucro pagos	(3.290)	(1.080)
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades operacionais	(444)	3.722
Atividades de investimento		
Alienação de imobilizado	276	34
Aquisição de imobilizado	(291)	(2.873)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento (Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(15)	(2.839)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1.783	900
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	1.324	1.783

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

1. Contexto operacional

A Alfa Previdência e Vida S.A. (doravante referida, também, como "Companhia" ou "Seguradora") tem por objeto social operar com seguros de pessoas e planos de previdência complementar em todo território nacional.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil com sede na Alameda Santos, 466, São Paulo - SP. A Companhia, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com as empresas do grupo Alfa, mantendo com essas empresas operações, as quais estão detalhadas na Nota Explicativa nº 16. A controladora direta da Companhia é a Corumbal Participações e Administradora Ltda. e a controladora indireta é a Administradora Fortaleza Ltda..

2. Descrição das principais práticas contábeis

a. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando e na forma referendada pela SUSEP.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na Circular nº 517/2015 e alterações posteriores, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 21 (R1).

A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 21 de fevereiro de 2019.

b. Base para mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal, e foram elaboradas considerando o custo histórico, com exceção do que segue:

- Ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Provisões técnicas;
- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Seguradora. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas; (ii) As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

- Nota nº 2e - Contratos de seguros;
- Nota nº 2g iv - Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros ("impairment");
- Nota nº 3 - Aplicações financeiras;
- Nota nº 6 - Créditos tributários e previdenciários;
- Nota nº 9 - Provisões técnicas;
- Nota nº 11 - Provisões judiciais.

e. Contratos de seguros

De acordo com as determinações contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 11 - Contratos de Seguros, que define as características de um Contrato de Seguro, a Administração procedeu à avaliação dos negócios e caracterizou suas operações como "Contratos de Seguros".

Os contratos foram classificados como contratos de seguro em função de existir aceitação de um risco significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico.

Os prêmios de seguros são registrados quando da emissão das apólices ou faturas e reconhecidas no resultado segundo o transcorrer da vigência do período de cobertura do risco, através da constituição das provisões de prêmios não ganhos e do diferimento das despesas de comercialização. Uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é reconhecida com base em estudo técnico do comportamento histórico de inadimplência observado na carteira, a companhia reconhece uma redução ao valor recuperável dos Prêmios a Receber, cuja metodologia consiste em verificar os percentuais de prêmios cancelados por inadimplência dos últimos 24 meses por ramo (desprezando os 10 meses mais recentes), em relação ao total de prêmio pendente. Calculados os percentuais de inadimplência, os mesmos são aplicados

sobre o montante de prêmios a receber por ramo para a data-base em questão, a fim de se obter os valores de Redução ao Valor Recuperável. Os contratos de resseguros são classificados como "Contrato de Seguros", pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios das operações de seguros. A cessão de resseguros é efetuada no curso normal das atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, uma vez que a existência do contrato não exige a Seguradora de suas obrigações para com os segurados. Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios devidos por contratos de resseguro. As operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

Planos de previdência e seguro de vida com cobertura de sobrevivência

A Seguradora comercializa produtos de previdência privada denominados, PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livre), que é um plano que visa à acumulação de recursos para aposentadoria em vida ao participante, e VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre), que é um seguro de vida com cobertura por sobrevivência, que objetiva a concessão de indenizações em vida ao Segurado. Em ambos os produtos, a contribuição, líquida de carregamento, recebida do participante é aplicada em um Fundo de Investimento Especialmente Constituído - FIE. A reserva do participante tem seu valor atualizado com base no valor diário das cotas do FIE. Nesta fase, não há garantias de rentabilidade no fundo ou de parâmetros atuariais. Após este período de contribuição, o participante tem direito de escolher pela conversão ou não do capital acumulado em renda mensal. Na fase de recebimento de renda, caso o participante opte por esta opção, há garantias atuariais e financeiras com relação à sobrevivência do mesmo.

A receita correspondente ao carregamento e a despesa de comercialização, são reconhecidas ao resultado no mês de recebimento da contribuição.

f. Caixa e bancos

Incluem caixa e depósitos bancários mantidos em instituições financeiras e são representados por disponibilidades em moeda nacional.

g. Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros em uma das seguintes categorias: Valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação dentro as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

(i.) Valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos da Seguradora. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado.

(ii.) Empréstimos e recebíveis

Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados e valores a receber e direitos junto a resseguradores e cosseguradoras, que são registrados pelo custo amortizado e avaliados, periodicamente, quanto a sua recuperabilidade. Existindo evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável essa perda é reconhecida no resultado do período.

(iii.) Determinação do valor justo

O valor justo dos títulos é apurado da seguinte forma: (I) Ações de companhias abertas - com base na cotação do último dia útil em que foram negociadas no pregão da B3, Brasil, Bolsa, Balcão; (II) Títulos públicos - com base nos preços unitários do mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); (III) CDB - pós-fixados e Nota Comercial (NC) - valor presente calculado com base na taxa de desconto do prêmio de risco atribuído pelos administradores dos fundos exclusivos; (IV) Debêntures - cotações divulgadas pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais) e (V) Derivativos - cotações divulgadas pela BM&F.

(iv.) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros ("impairment")

Ativos financeiros

Na data do balanço é avaliado se há evidência objetiva de perda de valor para um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um emissor ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado até o valor da perda reconhecida. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado equivale a diferença entre o custo corrigido, líquido de qualquer reembolso, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Uma perda por impairment é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável, e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização inicial que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros que não apresentam vida útil definida não são amortizados e são testados por impairment anualmente. Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados por impairment quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável do ativo. O valor recuperável é definido no CPC nº 01 como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos).

(v.) Instrumentos derivativos

A Companhia manteve no exercício de 2018 operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, exclusivamente, à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. O objetivo de atuação no mercado de derivativos visa minimizar a exposição a riscos de mercado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

h. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são caracterizados como uma obrigação contratual de pagamento de determinada importância em moeda ou em instrumentos financeiros. Os passivos financeiros compreendem principalmente contas a pagar, débitos das operações com seguros e resseguros e depósito de terceiros.

i. Imobilizado

Mensurado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por redução de valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos e o seu custo for mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil-econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, sendo depreciados conforme segue:

- Móveis e utensílios: 10%;
- Equipamentos: 20%.

Os ganhos e perdas decorrentes da alienação de um ativo imobilizado são apurados através da comparação entre os recursos financeiros obtidos com a venda e o valor contábil líquido do ativo imobilizado, reconhecidos no resultado do exercício. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados, e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20%, sobre o lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se tornarem tributáveis ou dedutíveis, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

k. Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2018, CNSP nº 343/2016 e alterações posteriores.

Seguros de pessoas (vida sem cobertura por sobrevivência)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) representa as parcelas dos prêmios que serão apropriados ao resultado no decorrer dos prazos de vigência dos seguros. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos vigentes na data-base de constituição, pelo método "pro rata die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice ou endosso. Engloba também as parcelas das contribuições ou dos prêmios dos riscos emitidos das operações dos planos de previdência privada e vida com cobertura por sobrevivência.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes Mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) representa o ajuste da PPNG dada à existência de riscos assumidos pela Seguradora cuja apólice ainda não foi operacionalmente emitida. É calculada utilizando metodologia prevista em Nota Técnica Atuária (NTA) que apura a melhor estimativa com base no histórico de cada segmento de negócio em relação aos riscos emitidos em atraso. Também é calculada para as operações de planos de previdência privada e vida com cobertura por sobrevivência.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros e líquidos dos ajustes de cosseguro, com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Inclui também estimativa para cobrir o pagamento de indenizações, custos associados, atualização monetária e juros oriundos de sinistros em discussão judicial e ajustes pela estimativa da Provisão de Sinistros Ocorridos, Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER - *Incurred But Not Enough Reported*).

Salientamos ainda que nas demandas relacionadas a sinistros judiciais, o valor dado à causa/risco, sobretudo nas ações indenizatórias, cinge-se a valores de alçada ou do pedido. O valor econômico da ação é avaliado segundo os pedidos feitos e coberturas contratadas. Eventualmente, se existentes, pode-se utilizar como balizamento valores jurisprudencialmente consagrados para a situação. Sua aferição efetiva ocorre mais tarde, no momento de eventual pericia ou prolação da sentença, quando o magistrado arbitra o correspondente valor de indenização. Os critérios de provisionamento das ações relacionadas a sinistros são: Provável (75% a 100%), Possível (50%) e Remota (10%).

A Provisão para Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR) relativa à operação de seguros é estimada utilizando de metodologia própria descrita em Nota Técnica Atuária, com base no histórico de dez anos de sinistros avisados até a data do balanço.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, sendo calculada conforme metodologia prevista em Nota Técnica Atuária.

As provisões técnicas do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

Previdência complementar e vida com cobertura de sobrevivência

A Provisão Matemática de Benefício a Conceder (PMBaC), abrange os compromissos assumidos pela Seguradora com os participantes ou segurados do respectivo plano, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício, no caso, a sobrevivência. Basicamente, consiste no saldo do participante ou segurado no FIE na data-base de contabilização.

A Provisão Matemática de Benefício Concedido (PMBC), constituída pela Seguradora, a partir da ocorrência do evento gerador (sobrevivência ou morte), destinada a garantir o pagamento ao beneficiário da renda contratada.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, sendo calculada conforme metodologia prevista em Nota Técnica Atuária.

A Provisão para Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR), relativa aos planos de riscos da Previdência Complementar (pecúlios), é estimada utilizando os percentuais estabelecidos em nota técnica atuária.

I. Teste de adequação dos passivos

Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, a Companhia elaborou o Teste de Adequação dos Passivos (TAP) para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o Pronunciamento Técnico CPC nº 11, e que estão vigentes na data de execução do teste.

Para a Seguradora, a carteira foi segmentada em: Seguro de Pessoas, da seguinte forma:

i. Seguros de Pessoas, considerando todos os ramos Prestamistas, Acidentes Pessoais, Desemprego/Perda de Renda, Eventos Aleatórios, Vida em grupo, Viagem e Assistência Funeral;

ii. Previdência complementar aberta e Seguro de vida com cobertura de sobrevivência.

A execução do TAP tem dois componentes importantes nas suas estimativas: (i) o quanto o valor de melhor estimativa dos compromissos assumidos até a data-base; e (ii) quando a distribuição da liquidação destes compromissos por período futuro. Com estes dois componentes, podemos calcular o valor presente dos passivos atuariais da Seguradora,

continua

*continuação

ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S.A.

C.N.P.J. 02.713.530/0001-02
ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

c) Passivos de resseguro

	31/12/2018	31/12/2017
Prêmios de resseguro cedidos a liquidar	367	636

d) Composição por categoria de ressegurador

Ativos e passivos	31/12/2018		31/12/2017	
	Prêmio a liquidar	Sinistros pendentes a recuperar e PDR	Prêmio a liquidar	Sinistros pendente a recuperar e PDR
Resseguradora local	367	420	636	67
Total	367	420	636	67

Receitas e despesas

	Prêmio cedido	Recuperação de sinistros	Prêmio cedido	Recuperação de sinistros
Resseguradora local	986	420	545	316
Total	986	420	545	316

e) Demonstração percentual ressegurado

Ramo	31/12/2018			31/12/2017		
	Prêmio emitido	Prêmio de resseguro	% ressegurado	Sinistros avisados	Sinistros recuperados	% de recuperação
Acidentes pessoais	5.293	41	0,77%	571	-	0,00%
Auxílio funeral	2.248	-	0,00%	414	-	0,00%
Prestamista	21.661	165	0,76%	2.092	102	4,88%
Vida em grupo	16.072	297	1,85%	6.915	186	2,69%
Viagem	6.732	483	7,17%	850	132	15,53%
Outros	389	-	0,00%	4	-	0,00%
Total	52.395	986	1,88%	10.846	420	3,87%

Ramo	31/12/2017			31/12/2017		
	Prêmio emitido	Prêmio de resseguro	% ressegurado	Sinistros avisados	Sinistros recuperados	% de recuperação
Acidentes pessoais	5.910	69	1,17%	563	-	0,00%
Auxílio funeral	2.315	-	0,00%	411	-	0,00%
Prestamista	19.611	96	0,49%	1.452	-	0,00%
Vida em grupo	16.972	380	2,24%	8.489	316	3,72%
Viagem	2.267	-	0,00%	34	-	0,00%
Outros	541	-	0,00%	5	-	0,00%
Total	47.616	545	1,14%	10.954	316	2,88%

O total de prêmios emitidos de consórcios e fundos (DPVAT) no período de 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 18.892 (R\$ 23.105 em dezembro 2017), não está contido no quadro acima.

f) Resultado com operações de resseguro

	31/12/2018	31/12/2017
Prêmios de resseguros cedidos	(986)	(545)
Varição das provisões técnicas - resseguro cedido	5	(2)
Recuperação de indenização de resseguro	420	316
Varição da provisão IBNR resseguro	(42)	(10)
Receitas com participação em lucros	-	71
Total	(603)	(170)

6. Créditos tributários e previdenciários

a) Composição

	31/12/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Diferenças temporárias	-	5.922	5.922	-	5.845	5.845
Impostos a compensar	318	-	318	247	-	247
Total	318	5.922	6.240	247	5.845	6.092

Os créditos tributários foram contabilizados levando em consideração o histórico de rentabilidade e a previsão de realização dos créditos registrados no ativo não circulante está fundamentada por estudo técnico, assim demonstrado:

Previsão de realização - %	2019	2020	2021	2022	2023
	5%	1%	1%	46%	47%

b) Movimentação das diferenças temporárias

Saldo e movimentação de tributos diferidos e diferenças temporárias de imposto de renda e de contribuição social.

	Saldo em 31/12/2017	Movimentação	Saldo em 31/12/2018
Provisão para riscos de crédito	96	(32)	64
Provisão para contingências fiscais	5.586	16	5.602
Provisão para contingências cíveis	11	25	36
Provisão para contingências trabalhistas	-	5	5
Outras	152	63	215
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	5.845	77	5.922

Os créditos tributários de diferenças temporárias referem-se principalmente a ações judiciais e a realização depende de decisão definitiva desses processos. Os orçamentos de resultados futuros e os históricos de resultados já realizados comportam a realização dos créditos tributários.

7. Contas a pagar

a) Obrigações a pagar

	31/12/2018	31/12/2017
Dividendos a pagar	1.094	786
Participação nos lucros a pagar	763	410
Obrigações e benefícios trabalhistas	36	37
Total	1.893	1.233

b) Impostos e contribuições

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda	229	23
Contribuição social	252	50
COFINS	222	128
PIS	36	21
ISS sobre a gestão de carteira de fundos	7	6
Total	746	228

c) Outras contas a pagar

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores	784	1.070
Outras contas a pagar	364	446
Total	1.148	1.516

8. Depósitos de terceiros

	31/12/2018	31/12/2017
Até 30 dias	1.410	2.328
De 31 a 180 dias	107	65
Acima de 180 dias	156	12
Total	1.673	2.405

9. Provisões técnicas e custo de aquisição diferidos de danos e pessoas, vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) e planos garantidores de benefícios livres (PGBL)

a) Movimentação das provisões técnicas de seguros

	31/12/2018				Total (*)
	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de IBNR	Provisão de despesas relacionadas	
Saldo no início do período	29.707	6.151	4.270	369	40.497
Constituições decorrentes de prêmios e cancelamentos	27.676	-	76	22	27.774
Diferimento pelo risco decorrido	(18.173)	(784)	-	-	(18.957)
Aviso de sinistros	-	40.121	-	-	40.121
Pagamento de sinistro	-	(8.582)	-	-	(8.582)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(22.084)	-	-	(22.084)
Atualização monetária e juros	-	87	-	-	87
Encerramento	-	(7.457)	-	-	(7.457)
Saldo no final do exercício	39.210	7.452	4.346	391	51.399

	31/12/2017				Total
	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de IBNR	Provisão de despesas relacionadas	
Saldo no início do período	20.268	7.492	5.756	397	33.913
Constituições decorrentes de prêmios e cancelamentos	22.432	34	-	-	22.466
Diferimento pelo risco decorrido	(12.993)	-	(1.486)	(28)	(14.507)
Aviso de sinistros	-	23.143	-	-	23.143
Pagamento de sinistro	-	(10.478)	-	-	(10.478)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(6.871)	-	-	(6.871)
Atualização monetária e juros	-	(707)	-	-	(707)
Encerramento	-	(6.462)	-	-	(6.462)
Saldo no final do exercício	29.707	6.151	4.270	369	40.497

* O total das provisões de consórcios e fundos no período de 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 73.025 (R\$ 65.803 em dezembro de 2017).

b) Movimentação das provisões técnicas - (PGBL)

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	349.820	314.164
Portabilidades aceitas/(cedidas)	(24.528)	5.183
Contribuições líquidas	12.550	13.005
Rendimento das quotas dos fundos exclusivos	21.297	31.026
Resgates	(16.590)	(13.587)
Outras movimentações	1.433	29
Saldo no final do exercício	343.982	349.820

c) Movimentação das provisões técnicas - vida com cobertura por sobrevivência - (VGBL)

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	300.995	255.809
Portabilidades aceitas/(cedidas)	(2.342)	440
Contribuições líquidas	32.610	33.900
Rendimentos das quotas dos fundos exclusivos	19.453	25.121
Resgates	(14.896)	(14.202)
Outras movimentações	(49)	(73)
Saldo no final do exercício	335.771	300.995

d) Movimentação dos custos de aquisição diferidos

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	11.538	5.780
Constituição	13.019	8.619
Diferimento (*)	(5.224)	(2.861)
Saldo no final do exercício	19.333	11.538

(*) O prazo médio de diferimento é anual e realizado conforme a vigência das apólices, sendo em sua maioria 12 meses.

e) Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros estimados e sinistros pagos com as suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Ano de ocorrência	Valores brutos de resseguro											Total
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Incidido												
Até data-base	6.552	6.684	11.192	10.971	13.973	12.060	12.015	10.303	7.559	6.516	7.699	105.524
Um ano mais tarde	8.191	9.214	14.354	15.693	18.108	15.706	14.586	12.525	9.205	8.165	-	125.747
Dois anos mais tarde	8.246	9.633	15.852	16.378	18.120	16.478	14.971	13.020	9.651	-	-	122.349
Três anos mais tarde	8.352	9.550	15.384	15.964	18.366	16.878	15.524	13.345	-	-	-	113.363
Quatro anos mais tarde	8.443	9.626	15.739	15.995	18.894	17.024	15.660	-	-	-	-	101.381
Cinco anos mais tarde	8.518	9.333	16.022	16.576	19.176	17.041	-	-	-	-	-	86.666
Seis anos mais tarde	8.477	9.398	16.448	16.720	19.579	-	-	-	-	-	-	70.622
Sete anos mais tarde	8.531	9.537	17.078	16.798	-	-	-	-	-	-	-	51.944
Oito anos mais tarde	8.536	9.588	17.067	-	-	-	-	-	-	-	-	35.191
Nove anos mais tarde	8.531	9.613	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.144
Dez anos mais tarde	8.510	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.510
Posição em 31/12/2018	88.510	9.613	17.067	16.798	19.579	17.041	15.660	13.345	9.651	8.165	7.699	143.128

Pago acumulado

Até data-base	5.101	4.780	5.716	7.506	10.247	9.394	8.410	7.064	5.270	4.062	3.816	71.366
Um ano mais tarde	7.582	7.767	11.822	14.050	16.745	15.073	13.790	11.759	8.646	7.441	-	114.675
Dois anos mais tarde	7.953	8.345	13.592	14.970	17.664	15.980	14.277	12.661	9.194	-	-	114.636
Três anos mais tarde	8.062	8.764	13.863	15.435	18.038	16.495	14.956	12.913	-	-	-	108.526
Quatro anos mais tarde	8.112	8.917	14.424	15.569	18.703	16.696	15.301	-	-	-	-	97.722
Cinco anos mais tarde	8.223	9.098	14.517	16.048	19.015	16.775	-	-	-	-	-	83.676
Seis anos mais tarde	8.381	9.240	14.823	16.146	19.084	-	-	-	-	-	-	67.674
Sete anos mais tarde	8.463	9.380	16.808	16.206	-	-	-	-	-	-	-	50.857
Oito anos mais tarde	8.463	9.472	16.807	-	-	-	-	-	-	-	-	34.742
Nove anos mais tarde	8.491	9.532	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.023
Dez anos mais tarde	8.491	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.491
Posição em 31/12/2018	88.491	9.532	16.807	16.206	19.084							

☆ continuação

ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S.A.

C.N.P.J. 02.713.530/0001-02
ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

10. Cobertura das provisões técnicas

Os bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	31/12/2018	31/12/2017
Provisões técnicas	804.177	757.115
(-) Ativos de resseguro redutores de PSL	(415)	(64)
(-) Ativos de resseguro redutores de IBNR	(19)	(61)
(-) Ativos de resseguro redutores de PDR	(5)	(3)
(-) Provisões dos consórcios DPVAT	(73.025)	(65.803)
(=) Total a ser coberto	730.713	691.184
Bens oferecidos em cobertura:		
Quotas de fundos vinculados a PGBL e VGBL	677.556	648.737
Quotas de fundos de investimentos exclusivos	85.179	78.240
(=) Total oferecido em cobertura	762.735	726.977
Excesso de cobertura	32.022	35.793

11. Provisões judiciais

Movimentação de provisões

A Seguradora é parte em processos judiciais de natureza, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de nossos Tribunais, para os processos de natureza cível classificados como "prováveis" e para os processos de natureza fiscal considerados como "obrigação legal".

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face às eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado a obrigação legal em discussão judicial é mantido até o julgamento definitivo da ação, sobre as quais não cabem mais recursos.

Natureza	Saldo em 31/12/2017	Princípio	Atualizações	Pagamentos	Saldo em 31/12/2018	Quantidade de processos	Depósito judicial em 31/12/2018	Depósito judicial em 31/12/2017
							(*)	(*)
1 - Fiscal	22.421	-	850	-	23.271	2	23.775	22.866
2 - Trabalhista	-	12	1	-	13	1	10	-
3 - Cível	28	62	12	(1)	91	7	-	-
Total	22.449	74	863	(1)	23.375	10	23.785	22.866

(*) O saldo dos depósitos judiciais não contempla garantias oriundas de discussões judiciais de sinistros no valor de R\$ 226 (R\$ 143 em 31 de dezembro de 2017).

1. Fiscal

As obrigações legais e as discussões de natureza fiscal referem-se, principalmente, as obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial, com destaque para: (i) **COFINS e PIS** - Refere-se à discussão sobre a aplicabilidade da Lei nº 9.718/1998, no tocante à base de cálculo para fazer incidir tal contribuição sobre todas as receitas da Companhia. O recolhimento dessas contribuições foi efetuado sobre a receita com taxa de gestão. Os valores das contribuições devidas sobre a receita de prêmios de seguros, receita de carregamento e outras receitas operacionais e não operacionais estão provisionados no montante de R\$ 19.582 (R\$ 18.854 em 31 de dezembro de 2017). No que se refere às contribuições devidas sobre a receita financeira a Seguradora constitui provisão no montante de R\$ 3.603 (R\$ 3.483 em 31 de dezembro de 2017). Os assessores jurídicos classificam a probabilidade de perda do processo como possível. A provisão está coberta por depósitos judiciais decorrente desta ação no montante de R\$ 23.690 (R\$ 22.785 em 31 de dezembro de 2017), a partir de 2015 com o advento da Lei 12.973/2014, esta alterou o conceito de faturamento das empresas enquadradas na Lei nº 9.718/1998, desta forma, a seguradora passou a recolher a COFINS e o PIS sobre a totalidade das receitas operacionais da companhia; (ii) **INSS** - Refere-se à discussão sobre a aplicabilidade do FAP (Fator Acidentário de Prevenção), sobre as contribuições do SAT/RAT, conforme determina o Decreto nº 6.957/2009. O valor provisionado no montante de R\$ 86 (R\$ 84 em 31 de dezembro de 2017) e os assessores jurídicos classificam a probabilidade de perda desse processo como possível. A provisão está coberta por depósitos judiciais decorrente desta ação no montante de R\$ 85 (R\$ 81 em 31 de dezembro de 2017).

2. Trabalhistas

As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por ex-empregados que buscam obter indenizações referentes a pretensões direitos trabalhistas. A Administração realiza acompanhamentos periódicos para cada ação, bem como a avaliação por parte de assessoria jurídica sobre os valores envolvidos e a probabilidade de perda de causas. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 13.

3. Cíveis

A Seguradora responde a processos de natureza cível, impetrados por segurados, relacionados, a cotação não efetivados pela Seguradora e que estão em diversas fases de tramitação. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 91 (R\$ 28 em 31 de dezembro de 2017). O montante relacionado ao valor pleiteado relativo as ações com probabilidade de perda possível e remota é de R\$ 356 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 625 em 31 de dezembro de 2017).

12. Patrimônio líquido

a) Composição do capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 16.018.318 (15.825.553 em dezembro de 2017) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

Reserva estatutária

A reserva estatutária é constituída ao final de cada exercício social, pelo valor do lucro líquido do exercício, após deduções legais e distribuições propostas, conforme determinado no Estatuto Social, esta constituição está limitada à 80% do capital social.

c) Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

d) Ato societário

A proposta de destinação do lucro líquido ajustado do exercício, aprovada pela Administração e que será apreciada pelos acionistas em A.G.O., inclui a distribuição de dividendos, conforme abaixo:

	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	4.607
Reserva legal - 5%	(230)
Lucro líquido ajustado	4.377
Dividendos a distribuir - 25%	1.094
Reserva estatutária	3.283

13. Detalhamento das contas de demonstração de resultado

a) Principais ramos de atuação bruto de resseguro

Ramo	31/12/2018		
	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade %	Índice de comissionamento %
Vida em grupo	16.363	40,21	31,80
Acidentes pessoais	5.551	14,50	33,98
Prestamistas	12.213	17,92	39,60
DPVAT	18.817	81,34	1,21
Viagem	6.022	24,91	69,30
Demais	2.744	16,91	33,05
Total	61.710	43,50	27,93

Ramo	31/12/2017		
	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade %	Índice de comissionamento %
Vida em grupo	16.946	44,58	28,07
Acidentes pessoais	6.127	9,27	29,74
Prestamistas	10.732	10,29	33,16
DPVAT	23.008	84,49	1,19
Viagem	1.731	16,81	67,88
Demais	2.641	13,74	32,56
Total	61.185	47,91	20,34

As contribuições aos planos de previdência do tipo Plano Gerador de Benefícios Livres "PGBL" totalizam R\$ 12.550 (R\$ 13.005 em 31 de dezembro de 2017) e as contribuições de riscos totalizam no período R\$ 5 (R\$ 4 em 31 de dezembro de 2017).

As contribuições aos planos denominados Vida Gerador de Benefícios Livres "VGBL", totalizam R\$ 32.610 (R\$ 33.900 em 31 de dezembro de 2017).

b) Prêmios emitidos

	31/12/2018	31/12/2017
Prêmios diretos	54.097	46.941
Consórcio DPVAT	18.892	23.105
Prêmio e restituição de cosseguro aceito	(8)	(78)
Prêmio e restituição de cosseguro cedido	(1.658)	2
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	(36)	751
Total	71.287	70.721

c) Sinistros ocorridos

	31/12/2018	31/12/2017
Sinistros diretos	(10.765)	(10.954)
Serviços de assistência	(1.379)	(991)
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(76)	1.486
Consórcio DPVAT	(15.305)	(19.440)
Provisão despesas relacionadas	(24)	43
Recuperação de sinistros - congênere	707	536
Total	(26.842)	(29.320)

d) Custo de aquisição

	31/12/2018	31/12/2017
Comissões	(8.200)	(6.628)
Varição das despesas de comercialização diferidas	558	(271)
Consórcio - DPVAT	(227)	(273)
Despesas com representante e pró-labore	(16.601)	(11.303)
Varição das despesas com representante e pró-labore	7.237	6.030
Total	(17.233)	(12.445)

e) Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas com consórcio DPVAT	(813)	(1.631)
Despesas com administração de apólice e/ou outros	(35)	(649)
Despesas com prestação de serviços	(691)	(453)
Despesas com títulos de capitalização	(450)	(312)
Despesas com cobrança	(189)	(184)
Despesas com provisão de risco sobre crédito	78	1.410
Outras despesas	(620)	(748)
Total	(2.720)	(2.567)

f) Despesas administrativas

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas com pessoal próprio	(10.931)	(10.817)
Despesas com serviços de terceiros	(1.307)	(1.817)
Receitas e despesas participadas	2.476	(5.455)
Despesas com localização e funcionamento	(1.219)	(1.152)
Despesas com publicação	(140)	(180)
Despesas administrativas de representação	(53)	(136)
Despesas com consórcio DPVAT	(2.236)	(1.551)
Outras despesas	(463)	(410)
Total	(13.873)	(21.518)

g) Despesas com tributos

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas com COFINS	(2.147)	(2.103)
Despesas com PIS	(349)	(342)
Despesas com taxa de fiscalização	(950)	(794)
Outras despesas	(215)	(185)
Total	(3.661)	(3.424)

h) Resultado financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras:	50.058	65.867
Rendimentos dos fundos de previdência (PGBL e VGBL)	43.143	56.147
Rendimentos com aplicação em renda fixa	5.230	6.954
Receitas financeiras - DPVAT	193	165
Atualização monetária - depósito judicial	900	1.470
Valor justo - receita	233	1.021
Dividendos	2	39
Outras receitas	357	71
Despesas financeiras:	(44.571)	(57.959)
Despesas dos fundos de previdência (PGBL e VGBL)	(43.143)	(56.147)
Despesas com atualização monetária	(870)	(1.426)
Valor justo - despesa	(186)	(97)
Despesas com juros	(189)	(32)
Outras despesas	(183)	(257)
Total	5.487	7.908

14. Impostos sobre a renda correntes diferidos

Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social

Descrição	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro antes dos impostos e após participações	8.234	5.482	8.234	5.482
Adições/(exclusões) permanentes:				
Outras	(58)	(475)	175	94
Adições/(exclusões) temporárias:				
Provisões judiciais	103	(94)	103	(94)
Provisões para riscos sobre créditos	(78)	(1.410)	(78)	(1.410)
Provisões para pagamento de despesas	94	(960)	293	(1.179)
Base de cálculo dos tributos	8.295	2.543	8.727	2.893
Impostos correntes às alíquotas vigentes	(2.050)	(612)	(1.745)	(579)
(-) Incentivos fiscais	91	38	-	-
Impostos a pagar	(1.959)	(574)	(1.745)	(579)
Créditos tributários:				
Sobre diferenças temporárias	30	(616)	47	(402)
Total de despesas de imposto de renda e contribuição social	(1.929)	(1.190)	(1.698)	(981)
Taxa efetiva	23%	47%	19%	34%

15. Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido

Nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores e pela Resolução CNSP nº 343/2016 e alterações posteriores, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao Capital de Risco (CR). O CMR é equivalente ao maior valor entre o capital-base e o capital de risco. A Companhia está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado, como demonstrado abaixo:

	31/12/2018
Patrimônio líquido ajustado	61.955
1. Ajustes contábeis	
(+) Patrimônio líquido	68.809
(-) Despesas antecipadas	(773)
(-) Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(3.672)
(-) Ativo intangível	(2.409)
Subtotal - patrimônio líquido ajustado	61.955
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos	-
Subtotal - ajustes dos valores econômicos	-
Patrimônio líquido ajustado - PLA (1 + 2)	61.955
Capital-base (I)	15.000
Capital de risco (II)	9.651
Risco de subscrição	7.751
Risco de crédito	1.370
Risco operacional	884
Risco de mercado	800
Deflator - correção entre riscos	(1.154)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	15.000
Suficiência de capital (PLA - CMR)	46.955

A Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores determina que as sociedades seguradoras apresentem liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresenta liquidez de 332% equivalente a R\$ 32.022.

16. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas envolvem:

i. contratos de seguros de vida, realizadas com a empresa controladora: Corumbal Participações e Administração Ltda..

ii. contratos de seguros de vida, realizadas com as empresas do mesmo grupo acionário: Administradora e Editora Vera Cruz Ltda., Agropalma S.A., Agropecuária Paraná Ltda., Alfa Arrendamento Mercantil S.A., Alfa Seguradora S.A., Banco Alfa de Investimento S.A., Banco Alfa S.A., C & C Casa e Construção Ltda., Companhia Transamérica de Hotéis - SP, Companhia Refinadora da Amazônia, Corumbal Corretora de Seguros Ltda., Corumbal Participações e Administração Ltda., Fazenda Anacruz Ltda., Fazenda Fortaleza Ltda., Fazenda Santa Cruz, Fazenda Santa Fé Ltda., Fazenda Vera Cruz, Financeira Alfa S.A., Indústria Xharas Ltda., Instituto Alfa de Cultura, Metro Sistemas de Informática Ltda., Metro Táxi Aéreo Ltda., Metro Tecnologia Informática Ltda., Rádio Transamérica, Rio Verde Representações e Administração Ltda., Soubach Beneficiamento em Cursos Ltda., Transamérica Comercial e Serviços Ltda., Transamérica de Hotéis Nordeste Ltda., Transamérica Expo Center Ltda., Vera Cruz Empreendimentos Imobiliários Ltda., prestação de serviços com a Metro Sistemas de Informática Ltda., Metro Tecnologia Informática Ltda., comissões de corretagens com as empresas: Financeira Alfa S.A., Banco Alfa S.A. e Corumbal Corretora de Seguros S.A. e o rateio de despesas administrativas com a Alfa Seguradora S.A..

iii. O Banco Alfa de Investimentos S.A. realiza a administração dos investimentos da Seguradora, cuja taxa de administração correspondente de 0,116% a 2,00% ao mês. O valor pago a título de taxa de administração em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 4.456 (R\$ 4.079 em 31 de dezembro de 2017).

iv. A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração da Alfa Previdência, registrada na rubrica "Despesas administrativas", totalizou, no exercício, R\$ 1.738 (R\$ 1.639 em 31 de dezembro 2017) que compreende substancialmente a benefícios de curto prazo relacionados a salários. A Seguradora não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

continua - ☆



continuação

ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S.A.

C.N.P.J. 02.713.530/0001-02
ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

v. Alguns membros da Seguradora e também de outras Empresas do grupo Alfa, considerados como "pessoal-chave da Administração", possuem planos de previdência na Alfa Previdência e Vida S.A.. Em 31 de dezembro de 2018, o montante de reserva totaliza R\$ 115.346 (R\$ 119.660 em 31 de dezembro de 2017).

As operações estão demonstradas a seguir:

	Direitos		Obrigações		Receitas		Despesas	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Contrato de seguros com empresa controladora (i)	1	1	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços, comissões de corretagens e rateio de despesas administrativas (ii)	420	-	74	705	3.360	-	14.888	12.829
Contratos de seguros com outras empresas do mesmo grupo acionários (ii)	30	49	7	1	560	516	-	-
Dividendos	-	-	1.094	786	-	-	-	-
Bancos	34	63	-	-	-	-	-	-
Total	485	113	1.175	1.492	3.920	516	14.888	12.829

17. Gerenciamento de riscos

a) Introdução

A Estrutura de Gestão de Riscos da Companhia foi estabelecida conforme previsto pela Circular SUSEP nº 521 de 18/12/2015. Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia são os riscos de seguros, de crédito, de liquidez, de mercado e operacional. A Companhia faz parte do grupo Alfa e consequentemente utiliza-se da estrutura de gerenciamento de risco do grupo, administrando seus riscos de forma corporativa. A administração desses riscos contempla uma série de políticas e estratégias consideradas adequadas pela sua Administração. Essas políticas e estratégias, além de serem reavaliadas frequentemente, contemplam, entre outras, a verificação tempestiva da adequação das aplicações financeiras comparadas aos vencimentos dos passivos. O grupo Alfa possui controles internos que se destinam a garantir que as políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela Administração da Companhia.

b) Risco de seguro

O risco de seguro advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais, quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo de prêmios e contribuições. Em síntese é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela sociedade seguradora. A gestão do risco de seguros é feita através da observação dos princípios de prudência na subscrição de apólices, aliada aos objetivos de rentabilidade e preservação da segurança das operações. Cada unidade responsável pela gestão de produtos tem a sua política própria, com orientações claras sobre os tipos de risco aceitáveis, de forma automática ou sob análise da Matriz. Os limites de contratação das coberturas seguráveis são controlados por sistema informatizado, com objetivo de garantir que a exposição máxima da Seguradora seja limitada, de acordo com os planos de resseguro contratados. As provisões técnicas atuariais são constituídas e acompanhadas atendendo a legislação vigente e utilizando metodologias aceitas dentro das boas práticas do mercado. A aceitação dos riscos de morte e/ou invalidez é realizada através da análise da composição etária e da atividade dos grupos seguráveis, e em casos de capital segurado mais elevado é realizada análise de informações sobre as condições de saúde do segurado, considerando as regras de resseguro aplicadas. A gestão de riscos dos planos de previdência é realizada pelo estabelecimento de planos com premissas sobre juros e tábuas atuarial bastante conservadora, evitando o risco de descasamento entre o risco de longevidade e a expectativa de vida brasileira. A área de controles internos realiza semestralmente avaliação dos controles existentes em cada departamento da Seguradora, para garantir que todos estejam em conformidade com a natureza e extensão dos riscos. A estratégia de resseguros se utiliza de contratos proporcionais e não proporcionais garantindo que as retenções dos riscos não acarretem exposição de perda à Seguradora. Os contratos de resseguro são realizados para cada carteira segurada de forma independente, sendo revistos anualmente. A Seguradora tem como política não se utilizar de contratos facultativos de resseguro, sendo os poucos casos existentes tratados como exceção e gerenciados pelas áreas técnicas/produto.

c) Riscos de crédito

O risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a seguradora. O monitoramento do risco de crédito da Companhia, conta com apoio da área de gestão dos ativos do Grupo Alfa, que faz acompanhamentos diários dos ativos que compõem a carteira e busca avaliar a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações observando inúmeras variáveis no mercado. Para a decisão em aceitação destes ativos avalia-se as condições da contraparte para garantir a exposição ao risco e delinear as decisões da Companhia com relação aos ativos presentes e a serem adquiridos podendo causar um movimento de compra ou venda do mesmo em decorrência desta análise. A seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas no rating atribuídas por agentes classificadores.

Descrevemos abaixo o principal risco de crédito:

Aplicações financeiras - estão concentradas em títulos públicos federais através de fundo de investimentos exclusivos que são considerados de menor risco.

d) Rating dos ativos financeiros

Carteira de ativos por nível de risco em 31/12/2018

Ativos financeiros/rating*	Sobereano	Grau de investimento										Total
		AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB	Sem rating	Total	
Títulos de renda fixa - letras do tesouro nacional	222.132	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	222.132
Títulos de renda fixa - letras financeiras do tesouro	271.072	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	271.072
Cotas de fundos DPVAT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	73.077
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional (B)	55.659	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	55.659
Títulos de renda fixa - nota do tesouro nacional (F)	32.894	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32.894
Títulos de renda fixa - debêntures	-	8.949	11.122	1.212	-	-	-	5.330	19.929	46.542	-	86.762
Títulos privados - letras financeiras	-	40.678	9.148	764	14.292	-	-	-	-	-	-	64.882
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional - compromissadas	53.990	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53.990
Títulos de renda fixa - certificados de depósitos bancários	-	-	-	515	2.163	6.819	7.456	-	-	-	-	16.953
Títulos de renda variável - ações	-	5.226	1.904	83	-	53	95	47	254	7.662	-	7.662
Contas a pagar de fundos exclusivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(634)	(634)
Total em 31 de dezembro de 2018	635.747	54.853	9.148	14.305	17.750	6.819	53	7.551	5.377	92.626	844.229	

(*) Foram utilizadas classificações de crédito das agências Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's, nesta ordem. Os ativos soberanos possuem classificação BB- (risco país: dezembro/2018). Alguns ativos não tem classificação, portanto, foram consideradas como "sem rating".

e) Riscos de liquidez

A Companhia está exposta a uma série de riscos financeiros transferidos por diversos ativos e passivos financeiros. Para mitigar os riscos significativos utiliza-se uma abordagem de gestão de ativos e passivos, considerando principalmente os vencimentos e a estrutura de classes dos passivos, em comparação com os ativos. Consideram-se também as normas regulatórias do mercado financeiro e do mercado de seguros e o ambiente macroeconômico. Os métodos desse gerenciamento de ativos e passivos avaliam o desempenho das carteiras de ativos (rentabilidade) e o horizonte de liquidação das obrigações originadas de contratos de seguros e passivos financeiros em curtos e longos prazos baseado na melhor expectativa quanto à liquidação destas obrigações, considerando o histórico destes. O risco de liquidez é o risco de que os recursos de caixa possam não estar disponíveis para pagar obrigações futuras quando vencidas. Consequentemente, a política de gestão de risco de liquidez utilizará de todos os recursos para manter o compromisso de honrar todos os passivos até o vencimento. Como efeito deste compromisso, a Administração mantém a concentração destes ativos basicamente em fundos de investimentos em títulos públicos federais, de natureza de alta rentabilidade e liquidez e a Administração avalia frequentemente o resultado desse estudo e realinha sua estratégia de investimentos quando necessário. A política de gestão de risco de liquidez leva em consideração a necessidade de recursos de caixa e controles internos operacionais eficientes e dinâmicos para honrar os compromissos assumidos. Nesta gestão considera-se o ciclo operacional da captação do seguro, que serão reinvestidos conforme a política de investimentos da Companhia. Utiliza-se para avaliação do risco de liquidez, a gestão do fluxo de caixa operacional considerando o casamento dos ativos e passivos no curto e longo prazo.

A tabela abaixo exemplifica a estrutura dos ativos e passivos através do fluxo de caixa:

Fluxo de caixa	31/12/18	31/12/17
Ações	7.662	7.522
Certificados de depósitos bancários	16.953	14.861
Cotas de fundos - DPVAT	73.077	65.892
Debêntures	46.542	24.873
Letra financeira	37.389	33.546
Letras financeiras do tesouro	298.565	180.219
Letras do tesouro nacional	222.132	259.805
Letras do tesouro nacional - compromissada	-	39.870
Notas do tesouro nacional (B)	55.659	66.393
Notas do tesouro nacional - compromissada	53.990	-
Notas do tesouro nacional (F)	32.894	106.173
Outros	-	3
Contas a pagar de fundos exclusivos	(634)	(991)
Total dos ativos financeiros	844.229	798.166
Crédito das operações	7.790	7.902
Títulos e créditos a receber	31.182	29.474
Despesas antecipadas	773	1.010
Custos de aquisição diferidos	19.333	11.538
Ativos de resseguros e retrocessão	464	149
Caixa e bancos	1.324	1.783
Total do ativo	905.095	850.022
Provisões técnicas - seguros	(460.195)	(407.295)
Provisões técnicas - previdência complementar	(343.982)	(349.820)
Passivo - contas a pagar	(5.107)	(4.452)
Débito das operações com seguros e resseguros	(4.780)	(2.594)
Depósitos de terceiros	(1.673)	(2.405)
Outros débitos	(23.557)	(22.782)
Total do passivo	(639.294)	(789.348)

f) Riscos de mercado

O risco de mercado é o grau de probabilidade de ocorrências de perda proveniente de variação nos preços/valores de qualquer ativo/instrumento financeiro num determinado grau de confiança e horizonte de tempo. A avaliação de risco de mercado consiste na observação diária de parâmetros de volatilidade, para que esta possa refletir a assertividade esperada onde cada operação é verificada quanto as suas características e forma de apreçamento, sendo utilizadas fontes de precificação. Os processos e metodologias de gestão de riscos do grupo Alfa seguem as práticas do mercado financeiro, praticadas com transparência e consonância às diretrizes regulatórias e mandatórias da política de investimento. Os controles são executados pela área financeira com apoio da estrutura de gerenciamento de risco do grupo Alfa, administrando seus riscos de forma corporativa. A administração desses riscos contempla uma série de políticas e estratégias consideradas adequadas pela sua Administração. Essas políticas e estratégias, além de serem reavaliadas frequentemente, contemplam, entre outras, a verificação tempestiva da adequação das aplicações financeiras comparadas aos vencimentos dos passivos. O grupo Alfa possui controles internos que se destinam a garantir que as políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela Administração da Companhia. O grupo Alfa utiliza-se da avaliação de risco através do VaR (Value at Risk) paramétrico, com intervalo de confiança de 99%, horizonte de análise de 1 e 21 dias úteis. Destaca-se a utilização de tratamento de volatilidade pelo método EWMA com fator de decaimento de 0,94. Concomitantemente ao controle de VaR, testes de stress são efetuados baseado nos cenários e premissas divulgados ao mercado pela B3, Brasil, Bolsa, Balcão. Ambos os controles de avaliação de risco e stress possibilitam dimensionar a probabilidade de perda financeira, com determinado grau de confiança para um horizonte de tempo.

g) Desempenho e taxas contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) para os ativos de renda fixa, o Índice de Mercado ANBIMA - B (IMA-B (ANBIMA)) para os ativos de renda fixa atrelados à Índice de preços, o Índice Selic para títulos públicos, variação do IBOVESPA para ativos em renda variável, para fundos com 25% e 49% de renda variável utiliza-se 25% do Ibovespa e 75% do CDI e 49% do Ibovespa e 51% do CDI, respectivamente. Em 2018, o desempenho global dos ativos financeiros, no acumulado do período foi:

Ativo	31/12/2018		Comparação com Benchmark
	Rentabilidade do período	Benchmark	
Fundos previdenciários de 25% renda variável	6,73%	8,57%	78,53%
Fundos previdenciários de 49% renda variável	10,25%	10,64%	96,33%
Fundos previdenciários de renda fixa	6,19%	6,42%	96,42%
Fundos previdenciário renda fixa (índice de preços)	10,07%	13,06%	77,11%
Fundo de renda fixa	6,17%	6,43%	95,96%
Renda fixa (títulos públicos) - LFT	6,43%	6,43%	100,00%
Renda fixa (títulos públicos) - LTN	11,15%	6,43%	173,41%

h) Risco operacional

Gerenciamento de risco operacional

A Seguradora entende como risco operacional riscos relacionados com fraudes, reclamações trabalhistas, reclamações de clientes, interrupção de atividades, falhas sistêmicas e falha no gerenciamento de processos. A empresa possui sistema de Controles Internos que possibilita o mapeamento dos controles e os riscos relacionados aos processos das operações de seguro.

Controles de risco operacional

A Seguradora possui agentes de controles internos (gerentes dos departamentos), alocados nas gerências operacionais, sendo de responsabilidade da gerência de controles internos formalizar as matrizes de risco e controles. A instrução dos trabalhos a serem executados pelos agentes é de responsabilidade da gerência de controles internos. A Seguradora entende como risco operacional riscos relacionados com fraudes, reclamações trabalhistas, reclamações de clientes, interrupção de atividades, falhas sistêmicas e falha no gerenciamento de processos internos. A empresa possui sistema de Controles Internos que possibilita o mapeamento dos controles e os riscos relacionados aos processos das operações de seguro. A metodologia para acompanhamento e formalização destas matrizes de risco é o CSA (Control Self Assessment) - ciclo de auto avaliação. O ciclo de auto-avaliação é realizado semestralmente, sendo formalizado pela Gerência de Controles Internos um cronograma de trabalho o qual é aprovado pela Diretoria Colegiada. As principais Gerências da Seguradora possuem os riscos avaliados conforme metodologia definida. Atuando continuamente na Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, buscando aprimorar seus controles para informar prontamente o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF. Assim como, na identificação e análise de Pessoas Politicamente Expostas.

i) Risco legal e regulatório

Este tipo de risco é definido pela Seguradora como a não conformidade com a legislação vigente e a não adequação ao código de ética e conduta. A Seguradora através de seu quadro de colaboradores e advogados, especializados em seguros, atuam conjuntamente com a área de Controles Internos alinhando os processos às exigências dos Órgãos Reguladores.

18. Concentração de riscos

As tabelas abaixo representam as exposições máximas ao risco nas regiões onde a seguradora opera. Os valores estão detalhados por região para dezembro de 2017 e dezembro de 2018, e abrangem as seguintes categorias de ramos de pessoas, tais como: Acidentes pessoais (0982 e 1381), Vida em grupo (0993 e 0929), Prestamista (0977 e 1377), Viagem (1369) e Demais ramos. Foram considerados os valores das importâncias seguradas expostas das apólices com risco a decorrer em 31 de dezembro de 2018.

Para mitigar o risco que a companhia está exposta, foram firmados contratos de resseguro.

Ramo	Concentração de risco em 31/12/2018											
	Norte	%	Nordeste	%	Centro-oeste	%	Sudeste	%	Sul	%	Total	%
Acidentes pessoais	-	0%	-	0%	-	0%	85.095	3%	-	0%	85.095	3%
Vida em grupo	-	0%	9	0%	-	0%	536.762	20%	30	0%	536.801	20%
Prestamista	621	0%	7.655	0%	29.239	1%	1.222.786	44%	24.578	1%	1.284.879	46%
Viagem	-	0%	-	0%	-	0%	692.428	25%	-	0%	692.428	25%
Demais ramos	-	0%	-	0%	-	0%	135.930	5%	34.483	1%	170.413	6%
Total	621	0%	7.664	0%	29.239	1%	2.673.001	97%	59.091	2%	2.769.616	100%

Ramo	Concentração de risco em 31/12/2017											
	Norte	%	Nordeste	%	Centro-oeste	%	Sudeste	%	Sul	%	Total	%
Acidentes pessoais	-	0%	-	0%	-	0%	15.753	1%	-	0%	15.753	1%
Vida em grupo	-	0%	10	0%	30	0%	649.957	21%	97	0%	650.094	21%
Prestamista	1.033	0%	11.741	0%	45.508	1%	909.973	30%	30.368	1%	998.623	32%
Viagem	-	0%	-	0%	-	0%	1.192.385	39%	-	0%	1.192.385	39%
Demais ramos	-	0%	-	0%	-	0%	184.334	6%	43.326	1%	227.660	7%
Total	1.033	0%	11.751	0%	45.538	1%	2.952.402	97%	73.791	2%	3.084.515	100%

19. Sensibilidade aos riscos

A Seguradora efetua o teste de sensibilidade com o objetivo de demonstrar o impacto de uma mudança atípica na variável sinistralidade das operações de seguros, pois esta é representativa dos efeitos da ocorrência de sinistros e sua severidade. O impacto da sinistralidade foi testado através de duas simulações de aumento, a primeira com aumento de 5% e a segunda com aumento de 10%, sensibilizando o resultado e o patrimônio líquido conforme demonstrado na tabela abaixo.

continua

☆ continuação

ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S.A.

C.N.P.J. 02.713.530/0001-02
ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

	31/12/2018		31/12/2017	
	Efeito no resultado operacional antes dos impostos (R\$ mil)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ mil)**	Efeito no resultado operacional antes dos impostos (R\$ mil)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ mil)**
Sinistralidade + 5%				
Líquido de resseguro	(1.321)	(727)	(1.450)	(797.604)
Bruto de resseguro*	(1.342)	(738)	(1.466)	(806.298)

	31/12/2018		31/12/2017	
	Efeito no resultado operacional antes dos impostos (R\$ mil)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ mil)**	Efeito no resultado operacional antes dos impostos (R\$ mil)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ mil)**
Sinistralidade + 10%				
Líquido de resseguro	(2.642)	(1.453)	(2.900)	(1.595)
Bruto de resseguro*	(2.684)	(1.476)	(2.932)	(1.613)

(*) Para calcular os valores brutos, retiramos o resseguro tanto do prêmio quanto do sinistro.

(**) O impacto no Patrimônio Líquido considera o efeito no final do exercício.

As operações de previdência (PGBL/VGBL) também são avaliadas quanto a aumento na longevidade, persistência e índice de conversibilidade em rendas. Dada a característica dos planos de previdência da empresa, onde existe pequeno volume de concessões em relação ao volume de participantes, o risco de conversão das reservas em renda, é imaterial não impactando o resultado e o patrimônio líquido.

Análise de sensibilidade da taxa de juros e índice IBOVESPA

O *Stress Test*, em cenários históricos de ocorrências de elevação ou diminuição de ativos e passivos em conjunto com a análise do cenário macroeconômico atual.

Segue abaixo a análise de sensibilidade para os riscos financeiros para ativos financeiros designados a valor justo por meio de resultado (exceto dos ativos que compõe os fundos previdenciários), levando em consideração a melhor e a pior estimativa (cenário) para os ativos da Companhia. O resultado apresentado é uma análise de variação de taxa de juros, inflação e índice Bovespa do período base de 31/12/2018.

Variável financeiro	Premissas %	Impacto estimado em 31/12/2018 resultado bruto do período e patrimônio líquido (*)
Taxa de juros	10%	540
Taxa de juros	(10%)	(540)
Taxa pré - NTN	10%	65
Taxa pré - NTN	(10%)	(65)
Taxa pré - LTN	10%	3
Taxa pré - LTN	(10%)	(3)

(*) Valores brutos

Com relação à taxa de juros, na carteira encontram-se Letras do Tesouro Nacional - na forma compromissada, cujo resultado já é determinado diariamente e Letras Financeiras do Tesouro cujas taxas acompanham a variação da taxa Selic. Como premissa estimamos impacto positivo e negativo de 10% sobre a taxa Selic base de dezembro/2018 (6,50% a.a.). A mesma premissa foi definida para a taxa-pré (6,39% a.a. e 12,22% a.a.).

Para as informações relacionadas ao índice Bovespa, utilizamos como premissa de mercado, informações disponíveis no fechamento em dezembro de 2018, desta forma consideramos um índice de 10% observando que as movimentações seriam da ordem de 79 mil a 97 mil pontos.

As limitações da análise de sensibilidade - Os quadros acima demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

20. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

CPC 48 (IFRS 9 Financial Instruments - instrumentos financeiros)

O CPC 48 (IFRS 9), publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). O CPC 48 (IFRS 9) inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. O CPC 48 (IFRS 9) é efetivo para semestres iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 38 até a data efetiva do IFRS 17 de Contratos de Seguros.

A IFRS 17 - Contratos de Seguros

Em 18 de maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17, Contratos de Seguros substituindo a IFRS 4, Contratos de Seguro. A IFRS 17 é efetiva para períodos anuais que iniciem em ou após 1º de janeiro de 2022 e quando referendada pela SUSEP. A IFRS 17 estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos contratos de seguros emitidos utilizando como mensuração o valor presente dos fluxos de caixa de cumprimento esperados, mais uma margem de risco não financeiro para refletir o valor que a Seguradora requer para suportar a incerteza sobre o valor e a época destes fluxos de caixa. A abordagem de alocação de prêmio (the "premium allocation approach") estabelece uma abordagem semelhante à contabilidade atual para mensuração do passivo por cobertura remanescente (prêmios não ganhos) e a apropriação da receita de seguros. Esta abordagem é geralmente utilizada para apólices que fornecem cobertura para doze ou menos meses. Para as apólices que não forem mensuradas pela abordagem de alocação de prêmio, a IFRS 17 determina a mensuração por outras métricas que incluem o modelo geral de mensuração o qual estabelece que a mensuração por fluxos de caixa de cumprimento e uma margem de seguro que representa a parcela de lucro não ganho. A IFRS 17 determina que uma empresa reconheça lucros à medida que entrega cobertura de seguros.

DIRETORIA				CONTADORA	ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO
Luiz Henrique Souza Lima de Vasconcellos	Carlos dos Santos	Celso Luiz Dobarrío de Paiva	Milca Pereira Zambrini	Aparecida Zavam Peres Pires CRC nº 1SP153039/O-3	Ismael Garcia MIBA nº 1010

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da

Alfa Previdência e Vida S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise da solvência e dos limites de retenção da Alfa Previdência e Vida S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2018, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Sociedade e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise da solvência e dos limites de retenção da Sociedade para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Alfa Previdência e Vida S.A..

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise da solvência e dos limites de retenção acima referidos da Alfa Previdência e Vida S.A. em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo/SP, 27 de fevereiro de 2019



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

CNPJ: 02.668.801/0001-55

CIBA 48

Anexo I

Alfa Previdência e Vida S.A.

(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas	31/12/2018
Total de provisões técnicas	804.177
Total de provisões técnicas auditadas*	731.152
Total de ativo de resseguro	464
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	144
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas*	31/12/2018
Provisões Técnicas auditadas (a)	731.152
Valores redutores Auditados (b)	439
Total a ser coberto (a-b)	730.713
(*) de acordo com a Resolução CNSP nº 321/2015 a auditoria atuarial do DPVAT é responsabilidade da seguradora administradora dos consórcios	
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2018
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (b)	9.651
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	15.000
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2018
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	61.955
Exigência de Capital (CMR) (b)	15.000
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a - b)	46.955
Ativos Garantidores (d)	762.735
Total a ser Coberto (e)	730.713
Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	32.022
Ativos Líquidos (g)	32.022
Capital de Risco (CR) (h)	9.651
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*)	332%
(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.	
5. Demonstrativo dos limites de retenção	31/12/2018
1601	60
0929, 0969, 1329	150
1369	400
0980, 0982, 0987, 0990, 0993, 1381	700
0977, 1377	1.000

Daniela Sedel

Atuária MIBA 1721

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Alfa Previdência e Vida S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Alfa Previdência e Vida S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alfa Previdência e Vida S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente

continua ☆



☆ continuação

ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S.A.

C.N.P.J. 02.713.530/0001-02

ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as

divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019

**KPMG Auditores Independentes**

CRC 2SP014428/O-6

Marco Antonio Pontieri

Contador - CRC 1SP153569/O-0